

ENTRE MACRO E MICROPOLÍTICAS: PSICOLOGIAS, ARTES E ÉTICAS DO VIVO

Ana Teresa Cordeiro¹
Kallinca Merillen Silveira²
Nathalia de Oliveira³

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio parte da ideia central de Rolnik (2018): para que haja insurreição real, é preciso articular o que acontece nas grandes disputas institucionais (macropolítica) com o que pulsa no cotidiano dos corpos e dos afetos (micropolítica). Potencializar a vida não é o mesmo que empoderar o sujeito, trata-se de abrir espaço para o saber do vivo, uma escuta do que a vida pede quando está comprimida. Nesse sentido, há duas bússolas metafóricas: a moral, que julga por normas vigentes, e a ética, que acompanha o que faz a vida ganhar ou perder fôlego (Rolnik, 2018). Assim, este ensaio se orienta para modos concretos de cultivo da criação e da escuta, como experiências coletivas, sem antecipar formatos ou prescrições, apenas indicando um campo de práticas possível, coerente com a distinção entre conservar o instituído e sustentar processos que inventem outras formas de existir (Rolnik, 2018).

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); especialista em Psicologia Existencialista pela UNICESUSC; Psicóloga; Integra o PSICLIN - Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial. E-mail para contato: psicologa-anacordeiro@gmail.com.

² Mestranda em Psicologia (UFSC), vinculada ao Laboratório de Psicologia Cognitiva Básica e Aplicada (LPCBA/UFSC); especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); Psicóloga. E-mail para contato: kallincam97@gmail.com.

³ Especializada em artes e educação e artista visual de formação. Mestranda em Psicologia Social e Cultura (UFSC) na linha de pesquisa *Estética, Processos de Criação e Política*, vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA/UFSC). E-mail para contato: nathaliadov@gmail.com.

Essa ideia permite situar práticas e leituras críticas sem reduzir a transformação e empoderamento do sujeito, uma vez que potencializar a vida demanda implicação com a experiência e não apenas reforma institucional, ainda que ambos os planos sejam complementares (Rolnik, 2018). Introduce-se então o problema da posição do Outro: historicamente, as relações sociais tendem a converter diferenças em hierarquias, produzindo um arranjo no qual um modo de existência se afirma como padrão e coloca o outro como inessencial, estrutura que não deriva da biologia, mas de operações simbólicas e políticas que estabilizam desigualdades (Beauvoir, 2009). Quando essa lógica se naturaliza, a alteridade torna-se fundamento de exclusões múltiplas, o que explica por que lutas por direitos precisam articular disputa macropolítica e descolonização micropolítica do desejo, conectando a crítica às posições de outro com processos de criação de modos de existência capazes de resistir à captura e à cafetinagem da vida (Beauvoir, 2009; Rolnik, 2018).

A arte aparece como possibilidade quando articulada às esferas macro e micropolítica, pois sustenta processos de experimentação que dão forma ao que emerge como necessidade vital e favorecem a criação de palavras, imagens, gestos e modos de existência capazes de tornar sensíveis mundos ainda em germinação (Rolnik, 2018). Práticas artísticas e pedagógicas podem operar como territórios de possibilidades que articulam dimensão sensível e pensamento decolonial, ampliando repertórios e vínculos e abrindo espaço para insurgências cotidianas no contexto escolar (Simão; Neves, 2024). Em contextos marcados por violência histórica e colonialidade, a arte também pode atuar como arena ética e simbólica de resistência, não para resolver traumas, mas para sustentar sua presença inquieta e reabrir modos críticos de escuta, memória e subjetivação, recusando a estetização da dor e a lógica de consumo de imagens (Barbosa, 2025). Essa orientação converge com a cooperação

por ressonância na micropolítica, que compõe afetos compartilhados e reapropriações da pulsão, condição para acontecimentos e novas possibilidades de existência (Rolnik, 2018).

2. AFETAÇÕES

A experiência de ler o texto de Rolnik (2018) para produzir as discussões em sala de aula e este ensaio foi muito desafiadora, na medida em que o texto nos chama a um fazer diferente, a um refletir diferente. O texto aborda temas sensíveis, mas muito caros para a saúde mental. Embora complexa, a leitura abre caminhos para uma reflexão sobre a psicologia e os modos de (des) fazer psicologia: quantas vezes não nos sentimos derrotadas, sem fôlego diante de tantas atrocidades vivenciadas no cotidiano? Quantas de nós não sentimos que nosso trabalho não reflète onde mais deveria?

Quando explana sobre os modos de operação na micropolítica, Rolnik (2018) sustenta que é por afirmação que se dá a insurgência. Que é através de um combate pela vida, uma resistência a esses eventos que nos desestabilizam, que nos sugam a força vital, que devemos atuar enquanto estratégia. Enquanto pensávamos em sala de aula sobre o nosso “kit de sobrevivência”, derivado das reflexões de Ahmed (2022), muitas de nós trouxemos a terapia como um ponto crucial que nos ajuda a sobreviver a esse contexto político-econômico e de vida em que nos encontramos. E nos fez refletir: será a psicologia então uma possível forma micro/macropolítica de resistir? De lutar pela vida? Ora, mas de que psicologia(s) estamos falando?

O saber técnico e científico da psicologia é marcado por contradições e historicamente teve um papel inegável na demarcação da

“normalidade” dos corpos, muitas vezes reduzindo e deslegitimando vidas no processo de se estabelecer enquanto ciência (Fuchs *et al.*, 2021). A psicologia clínica sofreu (e ainda sofre) muita influência do modelo médico: um viés diagnóstico, que prevê um sujeito que detém conhecimento sobre um corpo e oferece um tratamento, ou uma cura. Essa influência gera um distanciamento das questões sociais e subjetivas e favorece o individualismo, ainda mais exacerbado pelas premissas neoliberais da atualidade (Moreira *et al.*, 2007).

A psicologia foi (e ainda é) utilizada como base para vários discursos de ódio, discriminantes, racistas, homofóbicos e machistas (apenas para citar alguns exemplos possíveis). Nabero e colabores (2024) problematizam essa atuação da psicologia nesses contextos que oprimem, calam e ferem a singularidade e os direitos humanos. Os autores ainda refletem sobre como diferentes teorias psicológicas abordaram a homossexualidade e transgeneridades, durante anos, enquanto algo patológico passível de reversão e cura. A problemática fica ainda mais assustadora quando percebemos a junção de práticas psicológicas e discursos religiosos. Assim como Rolnik (2018) aponta sua indignação quando reflete sobre a “parceria” neoliberalista e neoconservadora para atingir determinados fins, uma inquietação surge quando percebemos que essas estratégias de poder não são incomuns e acontecem em todas as áreas, diariamente.

Praticar uma psicologia ética, pautada em uma perspectiva crítica não patologizante e individualizante é, sem dúvidas, praticar uma insurgência contra a lógica colonial-capitalística. A psicologia que nos referimos percebe que as ações:

[...] clínicas, pedagógicas e políticas não se separam umas das outras, sendo qualquer intervenção, por mais insignificante que

pareça, considerada essencialmente política, uma vez que sempre provoca efeitos no coletivo e repercute no projeto como um todo (Nascimento *et al.*, 2006).

Para além da clínica, outros modos de resistência e insurgência existem. Algo que apareceu em nossas discussões em sala de aula também como “estratégia de sobrevivência” foram as expressões através das artes. No mundo em que vivemos, em que somos categoricamente influenciados a sermos produtivos, bem-sucedidos, e regidos pelos “deveres” a todo momento, encontrar outras maneiras de se expressar e vivenciar o corpo é, ao mesmo tempo, desafiador e passível de construção de sentidos e de potência de ação.

2.1 Arte como estratégia de insurgência

As práticas de “estratégias” deram abertura à terceira unidade da disciplina com o título “Corpos em Aliança”. Uma das propostas que a autora, artista e psicanalista brasileira Suely Rolnik aborda no capítulo “Insurgências macro e micropolíticas: Dessemelhanças e entrelaçamentos” é descrever tópicos entre ambas as esferas, não com intuito de categorizá-las considerando-as isoladas em seus fenômenos, mas sim, para pensar em suas inter-relações e buscarmos formas de cultivos atuantes em ambas as esferas. Segundo ela, além de ser crucial não desarticular e superar a dicotomia entre macropolítica e micropolítica, o maior desafio da atualidade é a implicação na descolonização do inconsciente, que é a matriz da resistência micropolítica (Rolnik, 2018, p. 108).

Na introdução do livro “Esferas da Insurreição”, é contextualizada uma obra da artista mineira Lygia Clark (1920-1988). Em pesquisa sobre o interesse da autora no trabalho da artista visual, encontra-se que Rolnik

criou um projeto de pesquisa relacionado a ativação de memórias corporais através das proposições artísticas de Clark. A artista foi e é referência ao se pensar em sua atuação nas artes brasileiras da década 1960. Seu trabalho tinha como eixo trazer os espectadores das obras como participantes e interagentes delas, e não somente “contempladores”, no sentido de uma observação passiva e estática. A característica participativa e relacional são grandes marcas do seu trabalho na época, e, até hoje, suas proposições artísticas são abordadas nos currículos de ensinos de arte, tanto no contexto escolar, quanto no ensino superior. Esses fatos remetem de volta ao próprio texto, onde Rolnik menciona os modos de cooperação das micropolíticas por meio relacional, na construção do comum, aproximando agentes por meio da ressonância de afetos, produzindo territórios temporários que possibilitam experimentações de modos de existência alternativos aos hegemônicos.

Nesse sentido, a reflexão sobre o trabalho de Lygia Clark e suas proposições participativas abre espaço para tensionar persistências entre cooperação e cooptação nas práticas artísticas contemporâneas. Por um lado, as experiências relacionais das artes e sua potência de reconfigurar sensibilidades, descristalizar narrativas dominantes e inspirar modos de existência. Por outro, o contexto da atualidade revela como essa potência pode ser neutralizada quando incorporada somente pelas perspectivas das instituições, onde ainda regem lógicas de mercado e legitimações simbólicas. Nesse ponto, Rolnik destaca a necessidade de resistência à captura da força criadora e da diferença, pelo sistema colonial-capitalístico. Assim, ao pensar em artes que se enraízam em diferentes modos de resistências e ancestralidades, é necessário questionar até que ponto o sistema das artes (e outros) realmente consideram e acolhem as diferenças, rompem com hegemonias, ou apenas reproduzem os mes-

mos signos com novas máscaras. Essas reflexões vão de encontro aos debates em aula, sobre os perigos da linha tênue entre violências e cuidados.

Nos agentes humanos e não humanos das micropolíticas, Rolnik aprofunda algumas questões intersubjetivas. Ao abordar o desejo, afirma que tende a agir na direção de práticas criadoras, se manifestando prioritariamente na arte, mas que hoje têm se manifestado nas transfigurações dos modos de existência e nos movimentos ativistas que se insurgem nos vários domínios das relações nos âmbitos de gênero, sexualidade, raça, etnia etc. A autora ao abordar as facetas das atuações humanas, e as posições sociais de subalternidades e soberania, na micropolítica, traz a questão de que a relação entre arte e política volta a ser urgente: o foco deixa de ser apenas problematizar o sistema da arte internamente e se volta para como a arte pode resistir à expropriação da criação e intervir na vida social, promovendo experimentação, transfiguração e liberação da potência de criação. Isso remete às complexidades da atualidade, ainda colonial-capitalística: de um lado há as cooperações, e de outro, a cooptação do que pulsa, como base desse sistema (Paiva, 2021). Tem sido repercutido e reproduzido um discurso sobre a potência da presença das artes indígenas no meio artístico contemporâneo, com a participação em exposições etc. Mas pouco se menciona a faceta violenta que é, “fazê-los” se adequar ao sistema das artes (como também uma consequência do modo de vida ocidentalizado), que, na realidade, tiveram seu início a partir das próprias violências coloniais, onde até hoje as colonialidades causam adoecimentos. Esses pensamentos são recorrentes, quando se recorda no caso de Jaider Esbell, indígena, artista, que teve seu trabalho muito repercutido na época pré-pandêmica e acabou falecendo, por suicídio, em 2021.

Não é objetivo apontar esse desastre coletivo de uma forma desumanizada e desrespeitosa, no sentido de citar como um exemplo e dar seguimento ao texto. Mas, refletir sobre a complexidade do discurso de “abrir espaços” para pessoas indígenas exporem seus trabalhos, se não há a mesma abertura de espaços para cargos de liderança (como curadorias e diretoria), onde poderiam fazer escolhas mais alinhadas a seus próprios modos de vida. Muitas vezes, essas inclusões acabam por objetivar ainda mais ou lhes causar mais violências. Assim, ainda que seja importante o debate sobre abertura de espaços, é preciso não nos tornarmos alheios ao fato de que o sistema em que se produz ainda é colonial-capitalístico. Fica o questionamento de até que ponto é possível menos depender de condições — por vezes violentas — das instituições, mesmo quando, para haver coletivos artísticos considerados “independentes”, muitas vezes, para movimentar ações em outras e diferentes direções, é necessário recorrer à recursos de incentivo à cultura, via editais públicos, que são instrumento das políticas públicas.

As reflexões sobre arte e (micro)política, ao questionarem fronteiras entre estética e ética, ressona com vertentes críticas da psicologia, como um campo que também busca reconfigurar existências e relações (con-sigo, com outros, com o mundo). A arte e a psicologia na perspectiva interdisciplinar, podem se tornar territórios de experiências coletivas e sensíveis, onde os processos de criação são compreendidos como gesto político – como é o caso das oficinas estéticas, em que os processos criativos são realizados em grupo, exercitam a coautoria, e articulam meios de transformação, pela partilha de experiências e escutas de outras, na articulação de um compromisso ético com a vida (Reis; Zanella, 2015). Cultiva-se um espaço de ensino-aprendizagem, tanto para quem propõe, quanto para quem participa, pensando em uma dinâmica de horizontalidade.

Ainda sobre a presença da arte entre macro e micropolíticas, no artigo *Psicologia Social no Campo das Políticas Públicas: Oficinas Estéticas e Reinvenção de Caminhos*, as autoras Alice Reis e Andrea Zanella, articulam epistemes que partem de Vigotski (Psicologia Histórico-cultural), Bakhtin (dialogia e vozes sociais), Suely Rolnik e Félix Guattari (conceito de micropolíticas). O objetivo do artigo mencionado é abordar as oficinas estéticas como possibilidade de atuação da psicologia social nas políticas públicas, considerando a complexidade dos variados contextos de trabalhos que podem se configurar: na saúde, na assistência social e na educação. As políticas públicas são abordadas como parte de instituições e por meio de campos de saber-poder normativos, que acabam produzindo disciplinas sobre corpo-sujeito. Um ponto importante comentado é o cumprimento de uma função compensatória das políticas públicas, que visam “preencher a imensa fissura entre o ideal sistema jurídico de direitos e a realidade de profunda exclusão social, produzida pelo mercado econômico neoliberal” (p. 20). Referenciando Rolnik e Guattari, as autoras trazem que mesmo as políticas públicas que são formuladas para a “melhoria” de vida, acabam por forjar versões ainda da subjetividade hegemônica, na sociedade capitalística. Afinal, quem pode definir o que é “melhor” para determinados grupos, populações, sem ouvir-escutar-refletir-sentir o que têm a dizer e reivindicar? Nesse ponto, as autoras trazem que esses efeitos de subjetivação pautados em práticas sociais com modelos instituídos de ser e se relacionar (consigo e outros) passa a ser problematizado pelas vertentes críticas da psicologia, que tem se inclinado à valorizar espaços de participação, construção coletiva, fortalecimento de vínculos grupais, comunitários e subjetivos.

A característica “estética” das oficinas, não se refere à aparência final do objeto realizado, ao belo, ou à contemplação, mas sim, enquanto relações. Visto que, o olhar, que não é separado de um corpo,

mas a ele pertence, não é algo natural, mas, como teoriza Vigotski, constituído historicamente. As linguagens artísticas nas oficinas estéticas das psicologias atuais, não se fixam a uma hipervalorização de um objeto físico (obras/trabalhos de arte), nem a uma contemplação binária (gosto/não gosto; bonito/feio; bom/ruim). Como partem da perspectiva de interações históricas, sociais e simbólicas, estão implicadas no que pode (não) acontecer durante os processos de criação (escolhas, diálogos e dialogias, memórias, marcadores sociais...), considerando a característica sociológica das artes, das imagens, das culturas visuais, que afetam corpos e seus modos de atuação-criação no mundo. Se ter a pequena-grande coragem de ocupar o lugar do sentir, pertencer, imaginar e criar, não é política... o que é?

Em uma busca recente de pesquisas da psicologia que atuam em interface com as artes, a partir de uma perspectiva que considere o histórico, cultural e social, foi encontrada uma dissertação. Apesar de ir em direção a outras epistemes (Psicologia Analítica, não usual no meio acadêmico), o tema converge com as argumentações presentes no ensaio e com as proposições de resistências micropolíticas de Rolnik, como é apresentado no próprio título: *Artivismo como ferramenta de transformação da psique colonial brasileira*. Na dissertação, a psicóloga baiana Júlia Péret (IHAC – UFBA, 2024), investiga, narra e analisa obras de multiartistas-ativistas brasileiras, abertamente feministas, anti-capitalistas, antirracistas, anti-LGBTfobia, onde introduz os trabalhos artísticos como “intervenções visuais no território”. A partir das obras analisadas, afirma que “não há futuro nas narrativas unilaterais desumanizantes da colonialidade, é preciso celebrar as diferenças de corpos (trans, intersexo), sexualidades e os saberes ancestrais, que enxergam a Terra como um ser vivo e não como um objeto a ser explorado” (Péret, 2024, p. 142).

Essas reflexões, que entrelaça arte, psicologia e política, evidenciam os processos criativos como mediações simbólicas, repletas de significações e produções de sentidos, éticos e de resistência, onde sensível e crítico coexistem. Reafirma-se a relevância de cultivar espaços em que o pensar, o sentir e o agir se (con)fundem, para circularem em uma imaginação coletiva que seja política, social, diversa e criativa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões levantadas pelo presente ensaio, evidenciam que articular macropolítica e micropolítica não é apenas um recurso analítico, mas uma condição prática para sustentar processos de criação que façam a vida recobrar fôlego, distinguindo o juízo moral da avaliação ética orientada ao que potencializa o vivo (Rolnik, 2018). Ao recusar a dicotomia entre planos e tomar a micropolítica como descolonização do inconsciente, delinea-se um campo de intervenção que desloca o foco do empoderamento do sujeito isolado para a invenção de modos de existência, em ressonância coletiva, capazes de escapar às capturas do neoliberalismo e do neoconservadorismo (Rolnik, 2018).

Esse recorte se encontra com a crítica às hierarquias de alteridade que naturalizam desigualdades e convertem diferenças em subordinações, o que impõe articular lutas por direitos a processos de criação do desejo, sob pena de reproduzir o mesmo jogo simbólico que torna o Outro inessencial (Beauvoir, 2009). Assim, práticas clínicas e pedagógicas precisam tensionar os dispositivos que individualizam o sofrimento, enfrentando tanto a herança patologizante e normalizadora da psicologia quanto suas confluências com discursos de ódio e a moralizações de corpos, sexualidades e existências (Fuchs *et al.*, 2021; Moreira *et al.*, 2007; Naberro *et al.*, 2024). Nessa chave, clínica, política e pedagogia compõem

um mesmo território ético, no qual toda intervenção repercute no coletivo e no projeto comum (Nascimento *et al.*, 2006).

A arte surge como um espaço de sensibilidade e pensamento, sustentando experiências que dão forma ao que ainda não tem linguagem e operando como arena de resistência sem estetizar a dor, especialmente em contextos de violência histórica e colonialidade (Rolnik, 2018; Barbosa, 2025). No âmbito escolar e comunitário, práticas artísticas e pedagógicas podem abrir repertórios, vínculos e insurgências cotidianas, ampliando a potência de agir e de imaginar mundos por vir (Simão & Neves, 2024). Ao mesmo tempo, é preciso vigilância crítica para que a inclusão de produções subalternizadas não se converta em nova forma de captura institucional, reiterando lógicas coloniais sob a aparência de acolhimento (Paiva, 2021).

Como desdobramento propositivo, oficinas estéticas e outros dispositivos coletivos configuram meios de participação e coautoria que problematizam subjetivações hegemônicas e reatam criação, cuidado e política, compreendendo a dimensão estética como relação e processo, e não como culto ao objeto final (Reis & Zanella, 2015; Sánchez-Vázquez, 1999). Nesse horizonte, o ativismo e a celebração de saberes e corpos dissidentes operam como ferramentas de desmontagem do imaginário colonial, convocando práticas instituintes que façam da ética do vivo um critério para a organização do cuidado, da educação e das políticas públicas (Péret, 2024; Rolnik, 2018).

Referências

Ahmed, S. (2022). *Viver uma vida feminista*. Ubu.

Beauvoir, S. (2009) *Box: O segundo sexo*. Vol 1 e 2. Vozes.

Barbosa, R. A. (2025). Sistema Est-Ético: a arte como insurgência diante do irrepresentável. *MODOS: Revista de História da Arte*, 9(2), 188–221. <https://doi.org/10.20396/modos.v9i2.8680491>.

Fuchs, J. J. B, Hining, A. P. S, & Toneli, M. J. F. (2021). Psicologia e cisonormatividade. *Psicologia e sociedade*, 33. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>.

Moreira, J. O., Romagnoli, R. C., & Neves, E. O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia ciência e profissão*, 27, (4). <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400004>.

Nabero, A. P. P., Filho, R. B. D., Neves, A. L. M., & Ferreira, B. O. (2024). “Cura Gay” e “Terapias de Conversão Religiosa”: incursão analítica histórica pelos percursos discursivos das ciências psi. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 41. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2024.46272>.

Nascimento, M. L., Manzini, J. M., & Bocco, F. (2006). Reinventando as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 18, (1). <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100003>.

Paiva, A. (2022). *A virada decolonial na arte brasileira* / Alessandra Simões Paiva. Bauru, SP: Mireveja, 2022. 240 p. ISBN 978-65-86638-31-8.

Rolnik, S. (2018). *Insurgências: Macro e micropolítica*. In *Esferas da insurreiçã: notas para uma vida não cafetinada*. n-1 edições.

Reis, Alice Casanova dos; Zanella, Andrea Vieira. *Psicologia social no campo das políticas*. *Revista de Ciências HUMANAS*, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 17-34, jan-jun. 2015.

Simão, S. M., & Neves, A. M. (2024). O ensino de Artes como território de possibilidades: estratégias insurgentes voltadas à dimensão do afeto e ao pensamento decolonial. *Revista GEARTE*, 11. <http://dx.doi.org/10.22456/2357-9854.136088>.